

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS

CONCURSO PÚBLICO 01/2012 PROCURADOR I

A LEITURA COMPETENTE DAS INSTRUÇÕES A SEGUIR É ESSENCIAL PARA A REALIZAÇÃO DESTA PROVA.

- Duração da prova: **4 horas**.
- Tempo mínimo de permanência na sala: **1 hora e meia**.

Este Caderno é composto de **50 questões** objetivas de múltipla escolha.

- Verifique se o cargo descrito acima coincide com o de sua inscrição e confira se o seu caderno possui todas as páginas.
- Qualquer problema, comunique ao fiscal.
- Utilize o Caderno de Questões como rascunho, transferindo as alternativas assinaladas, ao final, para a Folha de Respostas.

Não haverá troca do Caderno de Questões ou da Folha de Respostas, portanto tenha muita atenção ao assinalar a **alternativa escolhida** (a CANETA).

- Assinale apenas uma única alternativa para cada questão.
- Serão consideradas erradas as questões com dupla marcação ou com rasuras.
- Leia atentamente as instruções constantes de sua **FOLHA DE RESPOSTAS**.
- Não esqueça de assinar a sua Folha de Respostas, que deverá ser devolvida ao fiscal da sala.
- Utilize somente caneta esferográfica azul ou preta ponta grossa, não porosa, para preencher sua Folha de Respostas personalizada.
- O campo da alternativa escolhida deverá ser preenchido por inteiro, conforme instrução constante na própria Folha de Respostas.

De acordo com o Edital:

- Para levar seu Caderno de Questões, o candidato deverá permanecer na sala por um **período mínimo de uma hora e meia**.
- Por razões de segurança, os Cadernos de Questões somente serão entregues aos candidatos no local de aplicação das provas, na forma descrita no item anterior.

Divulgação dos Resultados:

- Gabaritos das Provas Objetivas: a partir de 27/03/2012
- Demais resultados: acompanhar nos locais de divulgação.

Locais de divulgação dos eventos:

- Sites: www.ibamsp-concursos.org.br e www.saobernardo.sp.gov.br, link Notícias do Município
- Jornal: Notícias do Município

REALIZAÇÃO:



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. A Constituição, em seu art. 165 determina que leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais. O parágrafo 9º do referido artigo 165 remete à lei complementar a tarefa de dispor sobre a vigência, os prazos, a elaboração e organização dessas normas. Enquanto essa Lei Complementar não for editada, quais os prazos que devem ser observados pelo Chefe do Executivo para remessa das leis orçamentárias ao Legislativo?

Indique 'C' para as afirmativas corretas e 'E' para as erradas, em seguida assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- ☒ E () O projeto da lei orçamentária anual deve ser encaminhado até seis meses antes do encerramento do exercício financeiro.
- ☒ C ☒ E () O projeto da lei de diretrizes orçamentárias deve ser encaminhado até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro.
- ☒ C ☒ E () O projeto da lei orçamentária anual deve ser encaminhado até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro.
- ☒ E () O projeto da lei de diretrizes orçamentárias deve ser encaminhado até oito meses antes do encerramento do exercício financeiro.
- ☒ a) C; E; E; C.
- ☒ b) E; C; C; E. —
- c) E; E; C; C.
- d) C; C; E; E. —

2. Foi submetida à sanção do Prefeito Municipal propositura legislativa de iniciativa parlamentar determinando a utilização de embalagens biodegradáveis e/ou retornáveis no acondicionamento de produtos nos estabelecimentos comerciais do Município. O Chefe do Executivo solicitou o pronunciamento da Procuradoria sobre o tema, razão porque se pode afirmar que:

- a) o projeto de lei deve ser vetado, por se tratar de matéria cuja iniciativa foi privativamente reservada ao Chefe do Executivo.
- ☒ b) a propositura merece a sanção do Prefeito, face à competência suplementar do Município para legislar sobre meio ambiente.
- ☒ c) o projeto de lei deve ser vetado, eis que falece competência ao Município para legislar sobre o tema, face à ausência de peculiar interesse local.
- d) a propositura merece a sanção do Prefeito, eis que o Município possui competência para legislar sobre direito do consumidor.

3. Na hipótese da Lei Orgânica prever a edição de Lei Complementar para o tratamento de matérias em relação às quais a Constituição Federal prevê o processo legislativo ordinário, analise as afirmativas abaixo, indicando 'C' para as afirmativas corretas e 'E' para as erradas. Em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- ☒ E () A previsão é legítima e constitucional, face à autonomia municipal consagrada pela própria Constituição Federal.
- ☒ C () Lei Complementar que trate exclusivamente de matéria de Lei Ordinária poderá ser alterada por meio de Lei Ordinária.
- ☒ C () A previsão fere o princípio da simetria e afigura-se inconstitucional.
- ☒ E () Lei Complementar municipal que trate de tais matérias é inconstitucional e incapaz de produzir efeitos válidos.
- a) C; E; E; C.
- ☒ b) E; C; C; E.
- c) E; E; C; C.
- d) C; C; E; E.

4. O artigo 50 da Constituição da República contém disciplina sobre a função fiscalizadora do Legislativo sobre os atos do Executivo. A sistemática estabelecida neste dispositivo autoriza a Câmara Municipal, por simetria a:

- a) convocar o Prefeito para prestar, pessoalmente, informações sobre denúncias de irregularidades na Secretaria de Educação.
- ☒ b) convocar titular de órgão diretamente subordinado à Chefia.
- ☒ c) encaminhar pedidos de informação ao Chefe do Executivo, que deverá prestá-los no prazo de trinta dias, sob pena de incorrer em crime de responsabilidade.
- ☒ d) convocar Secretário Municipal para prestar informações sobre assunto previamente determinado relacionado à sua pasta.

5. Servidora municipal efetiva ingressou há vinte e seis anos no serviço público no cargo de professora e durante esse período esteve cedida ao Estado por oito anos, investida em cargo em comissão de assessora pedagógica da Secretaria Estadual de Educação e nunca deixou de contribuir para com o regime próprio do município. Sobre a aposentadoria voluntária pelo regime próprio de previdência desta professora é correto afirmar que:

- a) poderá se aposentar se já contar com 50 anos de idade.
- ☒ b) não poderá ter seu período de serviço prestado ao Estado contado para fins de aposentadoria especial de professor.
- c) não poderá se aposentar antes de completar 55 anos de idade e 25 anos de contribuição como professora.
- d) somente poderá se aposentar quando completar 60 anos.

6. A contratação temporária, exceção à exigência constitucional de prévia aprovação em concurso público para a investidura em cargos e empregos públicos, só pode ser feita por prazo determinado, visando atender a necessidade de excepcional interesse público (art. 37, IX).

Sobre o regime da contratação temporária, assinale a alternativa incorreta.

- a) A contratação deve ocorrer sob o regime da CLT, eis que os temporários não se sujeitam ao Estatuto dos Servidores.
- b) A validade da contratação pelo Município encontra-se condicionada à existência de previsão legal da situação excepcional que enseja a contratação temporária, em lei municipal.
- ~~c) A validade da contratação está condicionada à realização de prévio processo seletivo simplificado para seleção dos futuros contratados.~~
- d) Os servidores temporários devem ser admitidos mediante contrato administrativo, sujeito ao regime especial determinado em lei específica.

7. A Constituição Federal de 1988 consignou no seu artigo 37, II, a regra da investidura em cargos ou empregos públicos mediante o processo de aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos. Mals adiante, no inciso V, do mesmo artigo, o legislador constitucional cuidou de instituir, como exceção a essa regra, o provimento de cargos em comissão, cujo ocupante é livremente nomeado e exonerado pela autoridade administrativa.

Sobre os cargos em comissão, avalie as assertivas abaixo.

- I. Destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- F II. O seu ocupante não faz jus à percepção de horas extras, pois o vínculo é estabelecido com base na confiança, demandando disponibilidade de horário e dedicação integral.
- F III. O seu ocupante não faz jus ao gozo de férias anuais remuneradas, eis que a nomeação tem, justamente, como fator determinante a confiança entre as partes, demandando disponibilidade e dedicação integral.
- V IV. São vinculados obrigatoriamente ao regime geral de previdência social.

São verdadeiras as assertivas:

- a) I e III, apenas. —
- b) I, II e III, apenas. —
- c) II e IV, apenas.
- ~~d) I, II e IV apenas.~~

8. A vedação ao nepotismo visa a evitar, em última análise, que a atividade da administração pública acabe por privilegiar o atendimento aos interesses privados dos governantes, em detrimento do interesse público que é sua finalidade primordial. Decorre, portanto, do princípio da moralidade, conforme decidido pelo STF quando da edição da Súmula Vinculante nº 13 assim redigida:

“A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou, ainda, de função gratificada na Administração Pública direta e indireta, em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.”

Identifique, abaixo, as situações que importam na prática de nepotismo, nos termos da súmula vinculante nº 13.

- V I. Nomeação do sobrinho da esposa do Prefeito para exercício de cargo em comissão na autarquia de água e esgoto do Município.
- V II. Nomeação do filho de Secretário Municipal de Administração para cargo em comissão na Secretaria de Fazenda.
- V III. Nomeação de irmão do prefeito para exercício do cargo de Secretário Municipal.
- IV. A Nomeação de tio da esposa do Prefeito para exercício de cargo em comissão no gabinete do Prefeito.
- ~~a) I, II e III, apenas.~~
- ~~b) III e IV, apenas.~~
- c) II e IV, apenas.
- d) I, II e IV, apenas.

9. Determinado projeto de lei de iniciativa do Executivo foi aprovado pelo Legislativo com emendas, a matéria foi parcialmente vetada pelo Prefeito e o veto encaminhado ao Legislativo dentro do prazo e devidamente acompanhado de suas razões. Entretanto, a parte não vetada não foi promulgada nem publicada pelo Prefeito. Diante disso, identifique as assertivas verdadeiras.

- I. Em relação à parte não vetada operou-se a chamada sanção tácita.
- II. O veto deverá ser apreciado pela Câmara Municipal, dentro de 30 (trinta) dias a contar do seu recebimento. V
- III. O Presidente da Câmara tem o prazo de 48 horas para promulgar e publicar a parte não vetada. —
- IV. Se o veto não for mantido, será o projeto enviado, para promulgação ao Prefeito, que tem o prazo de quarenta e oito horas para fazê-lo. V

- a) I e III, apenas.
- b) I, II e III, apenas.
- ~~c) II e IV, apenas.~~
- ~~d) I, II, III e IV.~~

DIREITO ADMINISTRATIVO

10. Pela ordem constitucional em vigor, ao Estado incumbe a prestação de serviços públicos, podendo se dar de forma direta ou indireta. A concessão de serviços públicos à iniciativa privada não pressupõe:

- a) autorização legislativa, salvo nos casos de saneamento básico e distribuição de energia elétrica.
- ~~b)~~ cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.
- c) modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço.
- d) eficiência, segurança, atualidade e generalidade.

11. A alienação dos bens das entidades da Administração Pública, direta ou indireta, não guarda uma perfeita relação de simetria com o regime das pessoas jurídicas de direito privado, havendo a submissão a determinadas regras específicas de direito público. Identifique abaixo os requisitos a serem observados na alienação de bens públicos móveis.

- I. Licitação na modalidade leilão. ✓
- II. Justificativa do interesse público. ✓
- III. Autorização legislativa.
- IV. Avaliação prévia.

- a) I, II e III, apenas.
- b) III e IV, apenas. —
- c) II e IV, apenas. —
- ~~d)~~ I, II e IV, apenas.

12. O artigo 27 e seguintes da Lei nº 8.666/93 arrola a documentação exigível para habilitação, não sendo lícito à Administração exigir documento estranho ao rol constante dos artigos 28 a 31 do Estatuto Licitatório. Identifique abaixo o documento que não pode ser exigido dos licitantes na fase de habilitação.

- a) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.
- b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
- ~~c)~~ Certificados de qualidade da série ISO.
- d) Declaração do licitante que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

13. A EC nº 41/03 trouxe mecanismos que estimulam a permanência na atividade, quando reunidos os requisitos da aposentadoria voluntária. Cuida-se do chamado abono de permanência, concedido ao servidor que reúne os requisitos para a aposentadoria voluntária e opte por permanecer em atividade, concedido em valor correspondente ao de sua contribuição previdenciária e até que complete a exigência para a aposentadoria compulsória.

Identifique abaixo a situação que autoriza a percepção de abono de permanência por servidora pública do sexo feminino que não faz jus a aposentadoria especial ou decorrente do exercício do magistério.

30 anos

- a) Tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público, cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição.
- ~~b)~~ Tempo mínimo de quinze anos de efetivo exercício no serviço público, cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, sessenta anos de idade e trinta de contribuição.
- c) Tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público, cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, sessenta anos de idade e trinta de contribuição.
- d) Tempo mínimo de quinze anos de efetivo exercício no serviço público, cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição.

14. Foi realizada licitação na modalidade pregão para a compra de cartuchos de tinta para impressoras. Após a entrega dos produtos, estes apresentaram defeitos insanáveis, levando à rescisão do contrato, por não atendimento às especificações do Edital quanto à qualidade do produto, com devolução de todos os cartuchos e restituição dos valores pagos. Diante do ocorrido deve a Administração:

- ~~a)~~ convocar o segundo colocado para com este celebrar contrato caso sejam aceitas as mesmas condições oferecidas pelo vencedor.
- b) contratar, por dispensa, o segundo colocado por dispensa, nos termos de sua proposta, eis que o seu produto não é de baixa qualidade.
- c) realizar nova licitação para seleção de futuro fornecedor.
- d) convocar o segundo colocado para com este celebrar contrato nos termos de sua proposta, eis que o seu produto não é de baixa qualidade.

15. Foi submetido à sanção do Prefeito projeto de lei de iniciativa parlamentar que trata da destinação de área verde descoberta, com solo permeável, nas implantações de edificações no Município. Instada a se manifestar, a Procuradoria apresentou parecer, quanto ao mérito.

- I. A competência dos Municípios em assuntos de Urbanismo decorre de sua autonomia constitucional para legislar sobre assuntos de interesse local.
- II. A taxa de permeabilidade das edificações é matéria que encontra delineamentos precisos no Estatuto da Cidade - Lei Federal nº 10.257/01 - e não há margem para eventual regramento local a respeito.
- III. A taxa de permeabilidade das edificações é matéria relacionada à proteção do meio ambiente já inteiramente disciplinada na Lei de Loteamentos - Lei nº 6.766/79.
- IV. O Município, como responsável pelo controle não só do parcelamento do solo, como também do uso e ocupação deve estabelecer os parâmetros edilícios adequados, tal como a taxa de permeabilidade do solo.

Sobre as observações feitas pela Procuradoria, pode-se afirmar que:

- a) todas estão corretas. —
- b) todas estão incorretas. —
- c) apenas três estão corretas.
- ☒ d) apenas duas estão corretas.

16. O artigo 37, VII, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 19/1998, estabelece que o direito de greve pode ser exercido por servidores públicos, na forma e nos limites de lei específica.

Sobre o direito de greve dos servidores públicos, identifique abaixo a afirmativa incorreta.

- ☒ a) Como regra geral é lícito o desconto dos dias não trabalhados em decorrência de movimento paredista.
- b) O serviço público de saúde é essencial e a sua paralisação total coloca em risco a vida dos usuários. Eventual greve nestes termos é abusiva. ✓
- c) Deve ser exercido nos termos da Lei nº 7.783/89, até que sobrevenha lei específica para regulamentar a questão. ✓
- ☒ d) Servidor Público em estágio probatório que participar de movimento paredista pode ser exonerado imediatamente.

17. A Constituição Federal, ao dotar os Municípios de autonomia político-administrativa e, consequentemente, da capacidade de editar leis, a fim de que se cumpra o princípio maior da legalidade, confere-lhes, também, o poder de controlar a legalidade de seus próprios atos, o denominado poder de autotutela da Administração Pública.

Sobre o exercício da autotutela não se pode afirmar que:

- ☒ a) o direito da Administração de anular ou revogar qualquer ato administrativo não se sujeita a qualquer limite temporal de prescrição ou decadência.
- b) a Administração tem o dever de apurar os fatos e anular todos os atos praticados em desrespeito à Lei. ✓
- c) pela autotutela o controle se exerce sobre os próprios atos, com a possibilidade de anular os ilegais e revogar os inconvenientes ou inoportunos. ✓
- d) a anulação ou a revogação de ato administrativo que afeta direito ou interesse de terceiros, deve ser antecedida do contraditório, ampla defesa e do devido processo legal.

18. A improbidade administrativa encontra-se expressa na Carta Magna, que tratou de abordar as hipóteses de sanção para os agentes públicos, prevendo punições de suspensão dos direitos políticos, indisponibilidade dos bens particulares do agente, ressarcimento ao erário público, dentre outras cominações.

Sobre a improbidade administrativa, analise as afirmativas abaixo.

- I. A prática de nepotismo encerra grave ofensa aos princípios da Administração Pública e, nessa medida, configura ato de improbidade administrativa, nos moldes preconizados pelo artigo 11 da Lei nº 8.429/1992. ✓
 - II. A configuração do ato de improbidade administrativa não exige prejuízo ao erário, mas é necessário que seja comprovada a má-fé do agente. ✓
 - III. Pode o Município migrar para o pólo ativo da ação civil pública, para atuar na qualidade de assistente litisconsorcial do Ministério Público, na defesa dos interesses da coletividade.
- ☒ a) Todas as afirmativas estão corretas.
 - b) Todas as afirmativas estão incorretas.
 - c) Apenas uma afirmativa está correta.
 - ☒ d) Apenas duas afirmativas estão corretas.

DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO

19. A Lei Complementar 116/2003 trouxe novo regramento acerca da base de cálculo do imposto incidente sobre serviços de construção civil. Desse modo, para os fatos geradores ocorridos após a edição da referida lei complementar, a base de cálculo dos serviços de construção civil é o preço do serviço. Assinale abaixo qual o custo que não integra a base de cálculo dos serviços de construção civil.

- a) Materiais adquiridos de terceiros.
- ☒ b) Materiais produzidos pelo próprio prestador dos serviços no canteiro de obras.
- c) Subempreitadas.
- ☒ d) Materiais produzidos pelo próprio prestador dos serviços fora do local da prestação.

20. O Município inscreveu determinado município em Dívida Ativa e após ajuizar a respectiva ação de execução fiscal teve ciência que este faleceu antes mesmo da inscrição do crédito em Dívida Ativa. Neste cenário, qual providência adotar?

- ☒ a) Emendar ou substituir a Certidão de Dívida Ativa até decisão de primeira instância, indicando o espólio do executado e os seus sucessores como sujeitos passivos.
- ☒ b) Desistir da ação o quanto antes, na medida em que há defeito no título executivo, impossível de ser sanado pela substituição da Certidão de Dívida Ativa.
- c) Chamar o espólio do executado e os seus sucessores para figurar no polo passivo da ação, eis que o vício é irrelevante.
- d) Prosseguir normalmente com a execução que recairá sobre os bens do espólio, independente deste figurar no polo passivo do processo de execução.

21. Constatou-se no município que o resultado da realização do crédito tributário nas execuções fiscais tem sido muito ruim, porquanto há contribuintes desaparecidos, falecidos, desconhecidos e de impossível notificação. Bem assim, há contribuintes que não possuem bens penhoráveis e não têm condições de saldar as dívidas. Neste cenário, a cobrança desses créditos é prejudicial à Fazenda Municipal, uma vez que há um dispêndio operacional muito alto, gerando gastos expressivos com emissão e entrega de cobranças, custas iniciais de processo etc. Atendidos os requisitos legais, a situação acima descrita poderia encontrar solução com a aplicação do instituto da:

- ☒ a) remissão.
- ☒ b) anistia.
- c) isenção.
- d) imunidade.

22. Pretende o Prefeito encaminhar projeto de lei à Câmara Municipal instituindo programa de recuperação de créditos tributários mediante a concessão de anistia de multa e juros. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, identifique abaixo os documentos que devem acompanhar o projeto de lei.

- I. Declaração de que a renúncia não afetará o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal. ✓
 - II. Demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias. ✓
 - III. Declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
 - IV. Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes.
- a) I, II e III, apenas.
 - b) II, III e IV, apenas.
 - ☒ c) II e IV, apenas.
 - d) III e IV, apenas.

23. O Tribunal de Justiça do Estado solicitou ao Município que disponibilize imóvel e pessoal administrativo para instalação de um fórum regional na localidade. O atendimento do pleito, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, não depende de:

- a) autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- b) celebração de convênio com o Poder Judiciário.
- ☒ c) autorização no Plano Plurianual.
- d) autorização na Lei Orçamentária Anual.

24. O crédito tributário decorre da obrigação principal e, quando regularmente constituído, somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos no Código Tributário Nacional.

Indique dentre as alternativas abaixo aquela que não implica na extinção do crédito tributário.

- a) Prescrição. ✓
- ☒ b) Dação em pagamento em bens móveis, na forma e condições estabelecidas em lei.
- c) A conversão de depósito em renda. ✓
- ☒ d) A decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória.

25. A Constituição Federal, em seu artigo 166, estabelece diretrizes gerais que devem nortear o processo de elaboração das denominadas leis orçamentárias, quais sejam, o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei de Orçamento Anual - LOA. Em virtude de desavenças políticas entre o Chefe do Executivo e a maioria dos Vereadores, a Lei Orçamentária de determinado exercício foi rejeitada pelo Legislativo no final de dezembro do ano anterior. Para manter a governabilidade do Município qual providência adotar?

- a) Promulgar e sancionar a proposta rejeitada, eis que o Legislativo não pode rejeitar a Lei Orçamentária.
- b) Realizar as despesas mediante prévia edição de leis de abertura de créditos especiais, caso a caso.
- c) Utilizar o orçamento do exercício anterior.
- ~~d) Encaminhar nova proposta de Lei Orçamentária para aprovação do Legislativo.~~

26. Determinado contribuinte ingressou no ano de 2010 com pedido de revisão do IPTU lançado em 2007 e inscrito em dívida ativa em 2009. Em 2011 a Administração notificou o contribuinte informando sobre o deferimento do pedido encaminhando-lhe novo carnê para pagamento, mas até a presente data este não recolheu o imposto revisito. Com base nesses dados podemos afirmar que a prescrição ocorrerá em:

- a) 2012.
- b) 2015.
- ~~c) 2016.~~
- d) 2014.

27. A sistemática da repartição das receitas tributárias definida nos artigos 157 a 162 da CF assegura aos Municípios parcela do produto da arrecadação de impostos federais e estaduais. Identifique abaixo as restrições e condições que podem ser validamente impostas pela União e pelos Estados para repasse destas verbas aos Municípios.

- I. Os Estados podem abater da cota do ICMS, proporcionalmente, os custos com arrecadação e cobrança.
- II. A União pode condicionar a entrega dos recursos ao pagamento de eventuais débitos do Município para com o INSS.
- III. A União e os Estados podem condicionar a entrega dos recursos ao cumprimento do percentual mínimo de investimento na educação.
- IV. Os Estados podem condicionar a entrega dos recursos ao pagamento de seus créditos.

- ~~a) I, II e III, apenas.~~
- b) III e IV, apenas.
- ~~c) II e IV, apenas.~~
- d) I, II e IV, apenas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

28. Concedida antecipação de tutela ao autor no início do processo, após seu trâmite regular, advém sentença que julga improcedente o pedido objeto da liminar. Houve interposição de apelação pela parte interessada, que foi recebida no duplo efeito. Enquanto pendente de julgamento o recurso pelo tribunal, quanto à eficácia da sentença, os efeitos da apelação e a possibilidade de execução, a situação da tutela antecipada é:

- ~~a) a liminar foi revogada, a eficácia da sentença está suspensa e a sentença não tem como ser executada.~~
- b) a liminar foi revogada, e eficácia da sentença está suspensa e a liminar pode ser executada provisoriamente.
- c) a liminar não foi revogada, prevalece sobre a sentença e pode ser executada provisoriamente.
- d) a liminar não foi revogada, prevalece sobre a sentença, mas não tem como ser executada.

29. Nas ações de usucapião, entre a(s) pessoa(s) em cujo(s) nome(s) está registrado o imóvel, o(s) cônjuge(s) – exceto se o regime de bens for da separação absoluta de bens – o(s) conflitantes do imóvel usucapiendo e os eventuais interessados, há um litisconsórcio passivo:

- a) facultativo e unitário.
- ~~b) necessário e unitário.~~
- c) facultativo e simples.
- d) necessário e simples.

30. Em demanda proposta por particular em face do Município, no competente juízo estadual, o réu foi condenado a pagar multa por não ter cumprido com exatidão provimento mandamental. Sabendo que se trata de descumprimento de um dos deveres das partes e de ato atentatório ao exercício da jurisdição, o critério de cálculo da multa e o beneficiário desta são, respectivamente:

- ~~a) em montante a ser fixado de acordo com a gravidade da conduta, não superior a 1% do valor da causa, e revertida ao autor.~~
- b) em montante a ser fixado de acordo com a gravidade da conduta, não superior a 1% do valor da causa, e inscrita na dívida ativa do Estado.
- c) em montante a ser fixado de acordo com a gravidade da conduta, não superior a 20% do valor da causa, e inscrita na dívida ativa do Estado.
- d) em montante a ser fixado de acordo com a gravidade da conduta, não superior a 20% do valor da causa, e inscrita na dívida ativa do Município.

31. Em um determinado processo que corre entre particulares, seguindo o rito ordinário, a citação do réu foi determinada pelo juiz em decisão datada de 18 de outubro, quarta-feira. A citação foi realizada por oficial de justiça, tendo em vista requerimento do autor neste sentido, na quinta-feira, dia 26 de outubro. O mandado foi juntado aos autos em 1º de novembro, quarta-feira. No dia 2 de novembro foi feriado de finados e no dia seguinte não houve expediente forense. O último dia do prazo para o réu oferecer contestação é:

- a) Sexta-feira, 10 de novembro.
- b) Quinta-feira, 16 de novembro.
- c) Sexta-feira, 17 de novembro.
- ☒ d) Segunda-feira, 20 de novembro.

32. A execução contra Fazenda Pública, prevista nos artigos 730 e 731 do Código de Processo Civil é cabível para cobrança de:

- a) obrigação de fazer ou não fazer.
- ☒ b) crédito pecuniário.
- c) transferência de patrimônio.
- d) prestação de declaração de vontade.

33. Juiz recebe petição inicial, imediatamente após a distribuição, e, sem ouvir o réu, profere sentença extinguindo o processo sem resolução do mérito por se tratar de pedido juridicamente impossível, requisito não suscetível de correção. O autor interpõe recurso de apelação, o juiz realiza exame de admissibilidade positivo mas não exerce o juízo de retratação ou de reconsideração. Para que continue o regular andamento do feito, o ato processual, o juiz deverá:

- ☒ a) enviar imediatamente os autos ao Tribunal para que o recurso seja julgado, sem citar o réu para que ele acompanhe o andamento do processo ou apresente contra-razões à apelação.
- b) citar o réu para que ele acompanhe o andamento do processo, sem que ele possa apresentar contra-razões à apelação e depois remeter os autos ao tribunal para que o recurso seja julgado.
- c) citar o réu facultado a possibilidade de apresentar contra-razões à apelação, dentro do prazo legal, e depois remeter os autos ao tribunal para que o recurso seja julgado.
- d) citar o réu facultada a possibilidade de apresentar contestação, dentro do prazo legal, e depois remeter os autos ao tribunal para que o recurso seja julgado.

34. A citação dos interessados residentes na comarca onde corre o inventário ou fora dela, mas dentro do território brasileiro, será:

- ☒ a) por mandado para aqueles residentes na comarca e por carta precatória para os residentes fora dela.
- b) pelo correio por meio de carta com aviso de recebimento para aqueles residentes na comarca e por edital para os residentes fora dela.
- ☒ c) por mandado para aqueles residentes na comarca e por edital para os residentes fora dela.
- ? d) pelo correio para aqueles residentes na comarca e por carta precatória para os residentes fora dela.

DIREITO CIVIL

35. Dentre a classificação dos bens considerados em si mesmo, o direito à sucessão aberta é:

- ☒ a) bem imóvel por disposição legal.
- b) bem móvel para efeitos legais.
- c) bem semovente conforme a sua natureza.
- d) bem móvel ou imóvel segundo a sua natureza.

36. Professor com pós-doutorado, e vida dedicada exclusivamente à carreira universitária, herdou vários bens, que lhe proporcionaram uma vida estável. Surge, porém, uma necessidade premente de dinheiro contado ("vivo") e ele busca por interessados em adquirir um dos seus imóveis. Sabendo da necessidade urgente do vendedor, comprador negocia e adquire o imóvel por valor bastante abaixo do valor de mercado. O vício ou defeito do ato jurídico acima é:

- a) dolo.
- b) fraude.
- ☒ c) lesão.
- d) estado de perigo.

37. A usucapião que acontece quando alguém possui como sua, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por meio de seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, independentemente de justo-título e de boa-fé e desde que não seja proprietário de imóvel rural ou urbano, é denominada como:

- a) usucapião pro misero.
- ☒ b) usucapião extraordinária.
- c) usucapião familiar.
- ☒ d) usucapião pro labore.

38. A cessão de débito, que pode ser incompletamente explicada como um negócio jurídico bilateral pelo qual terceiro, estranho à relação obrigacional, com o consentimento expresso do credor, assume a posição do devedor, responsabilizando-se pela dívida, é uma modalidade de:

- ☐ a) extinção das obrigações mediante pagamento indireto.
- ☒ b) transmissão inter vivos a título singular de obrigações.
- ☐ c) extinção das obrigações mediante pagamento direto.
- d) transmissão inter vivos a título universal de obrigações.

39. A decadência é causa de extinção de direito potestativo. São atingidas pela decadência, quando houver prazo previsto em lei e este prazo tiver decorrido sem o seu exercício, as ações:

- ☒ a) mandamentais.
- b) condenatórias.
- ☒ c) constitutivas.
- d) declaratórias.

40. Quanto à cláusula penal, quer seja compensatória, quer seja moratória, em relação à obrigação principal, assinale a alternativa correta.

- a) Todas as duas são cumuláveis com a obrigação principal.
- b) A primeira é cumulável com a obrigação principal e a segunda não é.
- c) Nenhuma das duas é cumulável com a obrigação principal.
- ☒ d) A segunda é cumulável com a obrigação principal e a primeira não é.

DIREITO DO TRABALHO

41. Assinale a alternativa que completa integralmente o enunciado abaixo.

A contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II e § 2º, somente lhe conferindo direito ao:

- ☒ a) pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS.
- b) pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, das horas extras realizadas e das férias vencidas.
- c) pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo.
- d) pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, das férias vencidas e da gratificação natalina.

42. A responsabilidade da Administração Pública quando da contratação de trabalhadores mediante empresa interposta será:

- ☒ a) subsidiária, independente da comprovação de sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei nº 8.666/93, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.
- ☒ b) subsidiária, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei nº 8.666/93, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.
- ☐ c) solidária, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei nº 8.666/93, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.
- ☐ d) subsidiária, nas mesmas condições do item IV da súmula 331 do TST, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei nº 8.666/93, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.

43. Segundo a Lei 12.506/2011, que regulamentou o art. 7º, XXI da CF/88, o aviso prévio será concedido:

- a) na proporção de 30 (trinta) dias aos empregados que têm até 1 (um) mês de serviço na mesma empresa, sendo acrescidos 3 (três) dias por anos de serviços prestados na mesma empresa, até o máximo de 60 (sessenta) dias, perfazendo um total de 90 (noventa) dias.
- b) na proporção de 30 (trinta) dias aos empregados que têm até 1 (um) ano de serviço na mesma empresa, sendo acrescidos 3 (três) dias por anos de serviços prestados na mesma empresa, até o máximo de 90 (noventa) dias, perfazendo um total de 120 (cento e vinte) dias.
- ~~c) na proporção de 30 (trinta) dias aos empregados que têm até 1 (um) ano de serviço na mesma empresa, sendo acrescidos 3 (três) dias por anos de serviços prestados na mesma empresa, até o máximo de 60 (sessenta) dias, perfazendo um total de 90 (noventa) dias.~~
- d) na proporção de 30 (trinta) dias aos empregados que têm até 1 (um) mês de serviço na mesma empresa, sendo acrescidos 5 (dias) dias por anos de serviços prestados na mesma empresa, até o máximo de 60 (sessenta) dias, perfazendo um total de 90 (noventa) dias.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

44. É considerado, por força de lei, ato de improbidade administrativa por parte do Prefeito Municipal:

- ~~a) deixar de aplicar exclusivamente na própria operação urbana consorciada os recursos auferidos por meio da contrapartida a ser exigida dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados em função da utilização dos benefícios gerados pelas transformações urbanísticas estruturais advindas das operações consorciadas.~~
- b) deixar de proceder, no prazo máximo de dois anos, o adequado aproveitamento do imóvel incorporado ao patrimônio público através de desapropriação efetivada em razão de o antigo proprietário, decorrido o prazo de cobrança do IPTU progressivo, não ter cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização.
- c) aplicar em constituição de reserva fundiária os recursos auferidos com a outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso.
- d) adquirir imóvel objeto de direito de preempção, previsto no Estatuto da Cidade, pelo valor da proposta apresentada, se este for, comprovadamente, igual ou inferior ao de mercado.

45. A partir do conceito legal de interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, podemos dizer que:

- ~~a) o interesse ou direito ao meio ambiente hídrico é considerado difuso, vez que alcança um número indeterminável de pessoas. No entanto, ocorrendo dano ambiental por derramamento de óleo em lagoa localizada no interior de um Município, causando dano à fauna local e afetando a qualidade da água, o direito ou interesse pela reparação de tal dano passa a ser visto como coletivo *stricto sensu*, tendo em conta atingir um número determinado ou determinável de pessoas.~~
- b) o direito ou interesse em ver declarada judicialmente a ilegalidade de cláusula abusiva em contrato de adesão é coletivo em sentido estrito, pois atinge um número determinado ou determinável de pessoas ligadas com a parte contrária por uma relação jurídica base, sendo, também, de natureza indivisível. Porém, o interesse ou direito em ver reparado dano causado por um lote de produtos defeituosos é tido como individual homogêneo, vez que decorre de origem comum, mas cada indivíduo lesado terá direito divisível à reparação do dano, que pode ser diferente para cada um deles.
- c) o direito ou interesse em ver reconhecido e reparado ato de improbidade administrativa praticado por Secretário Municipal é difuso, por atingir bem jurídico titularizado por um número indeterminável de pessoas e por ser indivisível, lesando o interesse de todos. No entanto, se o ato de improbidade causa dano a uma determinada pessoa física ou jurídica, este passa a ser visto como individual homogêneo.
- d) o direito ou interesse à não veiculação de propaganda abusiva em jornal de grande circulação em todo país é difuso, pois dele são titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato. Porém, caso a mesma propaganda seja veiculada apenas em periódico local, o interesse passa a ser tido como coletivo *stricto sensu*, vez que, apesar de indivisível, seus titulares são pessoas ligadas entre si com a parte contrária por uma relação jurídica base.

DIREITO AMBIENTAL

46. Sobre os princípios do Direito Ambiental, avalie os itens abaixo.

I. Em conformidade com o princípio do desenvolvimento sustentável, o direito ao desenvolvimento deve ser exercido de modo a permitir que sejam atendidas as necessidades do tempo presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras. Referido conceito foi declarado, pela primeira vez, em um relatório elaborado pelas Nações Unidas, em 1987, intitulado de "O Futuro Que Queremos", desenvolvido durante a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

II. A competência legislativa em matéria ambiental é concorrente, de acordo com o art. 24, incisos VI e VIII, da Constituição Federal de 1988, o que reforça a manifestação do princípio do mínimo existencial ecológico.

III. O objetivo do princípio da proibição do retrocesso ecológico é vincular o legislador infraconstitucional ao Poder Constituinte, no sentido de que a norma infraconstitucional não retroceda no que concerne ao direito fundamental ao meio ambiente sadio. Sendo constituídas novas condições jurídicas protetoras ao homem para se ter uma sadia qualidade de vida, não se pode retroceder a um nível de proteção inferior àquele visualizado anteriormente.

IV. São várias as diferenças existentes entre os princípios da prevenção e da precaução. Enquanto aquele cuida de riscos previsíveis à racionalidade humana, a partir de uma postura defensiva, este busca tutelar riscos imprevisíveis, oriundos das incertezas científicas, exigindo uma postura proativa, conforme aponta a teoria da sociedade de risco proposta por Ulrich Beck. Por conseguinte, a estrutura deontológica do princípio da precaução contém mais premissas vinculantes do que a do princípio da prevenção.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Apenas uma assertiva está correta.
- c) Apenas duas assertivas estão corretas.
- d) Apenas três assertivas estão corretas.

47. Assinale a opção incorreta em relação ao recente entendimento jurisprudencial do STJ em matéria ambiental.

a) São admitidas a convalidação e a consubstanciação de situações jurídicas advindas de licença ambiental ilegal, tendo em vista que o ato administrativo possui presunção de legalidade e de legitimidade. Preserva-se, assim, a segurança das relações jurídicas advindas daquele ato, como proclama a teoria do fato consumado.

b) A análise sobre o ônus da prova, em ação civil pública em que se discute dano ambiental, deve ser dirimida pela interpretação das leis aplicáveis ao mencionado instrumento processual à luz dos princípios norteadores do Direito Ambiental.

c) O município tem competência para fiscalizar a exploração de recursos hídricos, podendo, portanto, coibir a perfuração e exploração de poços artesianos, no exercício legítimo de seu poder de polícia urbanístico, ambiental, sanitário e de consumo.

d) O direito ao pedido de reparação de danos ambientais, dentro da logicidade hermenêutica, está protegido pelo manto da imprescritibilidade, por se tratar de direito inerente à vida, fundamental e essencial à afirmação dos povos, independentemente de estar expresso ou não em texto legal.

48. Considere o seguinte caso hipotético: Victor Hugo trabalha em uma grande empresa madeireira localizada no município Sustentabilidade. Seu superior hierárquico, Sr. Marcus Vinicius, encaminhou-lhe uma ordem de serviço solicitando que realizasse o corte de madeira em uma área situada em Complexidade, município vizinho. Victor Hugo verificou que o local estava protegido pela reserva legal, mas com receio de ser considerado insubordinado, procedeu ao corte. No entanto, a madeira retirada foi levada para seu sítio particular com a finalidade de reforma.

Considerando a Lei nº 9.605/98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, indique a alternativa que contém a afirmativa verdadeira.

a) Tendo em vista que Victor Hugo agiu amparado em uma ordem superior, não é possível sua responsabilidade penal, mas tão somente nas esferas cível e administrativa.

b) Há possibilidade de responsabilidade penal da pessoa jurídica, uma vez que a infração ambiental foi originada de decisão de seu representante legal.

c) A conduta realizada por Victor Hugo pode ensejar responsabilidade penal da pessoa física, bem como da pessoa jurídica.

d) Apesar de a conduta de Victor Hugo ter sido originada da decisão de superior hierárquico, sua motivação não teve o intuito de beneficiar a empresa. Desse modo, não cabe responsabilidade penal da pessoa jurídica, mas exclusivamente da pessoa física.

DIREITO PENAL

49. Caio, funcionário público, apropria-se de bens particulares dos quais tinha posse em razão de seu cargo. Na semana seguinte ao crime, acometido por um conflito moral, arrepende-se e, antes do recebimento da denúncia, restitui os bens e repara totalmente os danos causados. De acordo com o Código Penal a hipótese será de:

- ☐ a) arrependimento eficaz pela causa de inadequação típica.
- ☐ b) desistência voluntária com exclusão de tipicidade.
- ☒ c) circunstância atenuante pela reparação de dano.
- ☐ d) causa de extinção de punibilidade pela reparação de dano.

50. Em relação à norma penal, analise as afirmativas a seguir.

- I. As normas penais incriminadoras têm a função de definir as infrações penais, proibindo ou impondo a prática de condutas, sendo, portanto, consideradas normas penais em sentido estrito. ✓
- II. As normas permissivas são aquelas que se opõem ao preceito primário da norma incriminadora, autorizando a realização de uma conduta em abstrato proibida.
- III. As normas penais não incriminadoras são aquelas que estabelecem regras gerais de interpretação e aplicação das normas penais em sentido estrito. ✓
- IV. As normas penais explicativas e complementares correspondem àquelas proposições jurídicas que esclarecem, limitam ou complementam as normas penais incriminadoras dispostas na Parte Especial. ✓

- ☐ a) Apenas a afirmativa I está correta.
- ☐ b) Apenas a afirmativa II está correta.
- ☐ c) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- ☒ d) As afirmativas I, II, III e IV estão corretas.

Juliana Carla Maciel Ramos	60455	Deferido para as questões 7 e 34 e indeferido para as demais.
Luiz Leonardo Menchaca Swarcz	62288	Deferido para a questão 7 e indeferido para as demais.
Marcelli Dias Pires	63789	Deferido para a questão 7 e indeferido para as demais.
Marcelo C. Campos	62871	Deferido para a questão 34 e indeferido para as demais.
Natalie de Barros Sacramento	64351	Deferido para a questão 7 e indeferido para as demais.
Nilson de Carvalho Pinto	65100	Deferido para as questões 7 e 13 e indeferido para as demais.
Patricia Luz da Silva	62692	Deferido para a questão 7 e indeferido para as demais.
Paulo Henrique Triandafelides Capelotto	64794	Deferido para as questões 7 e 17 e indeferido para as demais.
Priscila Aparecida Ravagnani	60220	Deferido para a questão 7 e indeferido para as demais.
Rodrigo Martins da Silva	61074	Deferido para a questão 7 e indeferido para as demais.
Saulo Ferreira Lobo	61329	Deferido para as questões 7 e 34 e indeferido para as demais.
Tamara Martins Watanabe	61582	Indeferido
Ulysses Monteiro Molitor	63050	Indeferido
Vanessa Bossoni de Souza	63955	Deferido para as questões 7 e 34 e indeferido para as demais.
Viviane de Souza Leme	63251	Deferido para a questão 7 e indeferido para as demais.
Wilson Fulan	61864	Deferido

2 – Os gabaritos oficiais definitivos após análise dos recursos interpostos.

101 – ASSISTENTE SOCIAL

1 A	2 D	3 A	4 C	5 Anulada	6 B	7 C	8 A	9 D	10 B
11 C	12 A	13 D	14 B	15 A	16 A	17 B	18 D	19 A	20 A
21 B	22 A	23 D	24 D	25 C	26 A	27 D	28 B	29 D	30 C
31 A	32 B	33 C	34 D	35 D	36 A	37 D	38 A	39 B	40 C

102 – PROCURADOR I

1 B	2 C	3 B	4 D	5 B	6 A	7 D	8 D	9 C	10 A
11 D	12 C	13 Anulada	14 C	15 D	16 D	17 Anulada	18 A	19 D	20 B
21 A	22 C	23 C	24 B	25 B	26 C	27 C	28 A	29 D	30 C
31 D	32 B	33 A	34 Anulada	35 A	36 C	37 D	38 B	39 C	40 D
41 A	42 B	43 C	44 A	45 B	46 C	47 A	48 D	49 Anulada	50 D

3 – O candidato que desejar tomar conhecimento das manifestações proferidas pelas bancas deverá comparecer ao Posto de Atendimento do IBAM localizado na Avenida Senador Vergueiro, n.º 3.315, Rudge Ramos - São Bernardo do Campo, **no dia 16/04/2012** das 09 às 15 horas. Após essa data as respostas não estarão disponíveis para consulta.

São Bernardo do Campo, 12 de abril de 2012.

MAURÍCIO DA ROCHA FERRAZ PEREIRA
Diretor do Departamento de Gestão de Pessoas